



ACTA N.º 46

Sessão Extraordinária Julho

Sessão de 30/07/2020

Aos trinta dias do mês de Junho do ano dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Francisco José da Silva Ferreira, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Nuno Gonçalo Rebelo da Paula, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Raúl Ventura Martins, João Miguel Moniz Laranjeira da Silva, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seça Neves Barbado Guerra, e Pedro Filipe Oliveira Rodrigues.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta sessão faltaram os deputados, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite e João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, João Francisco Carvalho de Sousa, e Joana Fonseca Valente.

Faltaram o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola e o Vereador Luis Miguel Capão Filipe.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Sessão dos vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Francisco da Cunha Picado, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Jorge Manuel da Rocha Gonçalves, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, João Miguel Moniz Laranjeira Silva e Pedro Filipe Oliveira Rodrigues.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emilia Cristina da Cunha Gonçalves, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, António Alberto Rodrigues dos

Santos Ferreira Neto, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, e Marta Elisa dos Santos Dutra, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira e Fernando Tavares Marques, se fizeram substituir nesta Sessão, por Nuno Frederico Miranda Leite e Nuno Gonçalo Rebelo da Paula, respectivamente.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência⁰⁰⁴ recebida, informando os senhores deputados que a mesmas se encontra disponível para consulta na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal.

Continuando leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Extraordinária em Julho, cujos pontos se transcrevem.

Ponto 1 – Apreciação e votação da desafetação do domínio público de uma parcela de terreno da Rua D. Gonçalo Viegas, em Eixo, no âmbito do contrato-promessa de permuta de terrenos a celebrar entre o Município de Aveiro e a RODI - Industries, S.A., para desafetação e cedência do troço da Rua D. Gonçalo Viegas situado entre os atuais prédios da RODI - Industries, S.A., e a sua (re)construção em variante e cedência pela mesma empresa;

Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de concurso público de Requalificação do Largo do Rossio e Praça General Humberto Delgado, em Aveiro, e Concessão do serviço público de estacionamento em parques de estacionamento subterrâneos;

Ponto 3 – Análise e debate sobre o documento “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” no quadro do Plano de Recuperação Europeu e do Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027 aprovado pelo Conselho Europeu a 21JUL20.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 – Apreciação e votação da desafetação do domínio público de uma parcela de terreno da Rua D. Gonçalo Viegas, em Eixo, no âmbito do contrato-promessa de permuta de terrenos a celebrar entre o Município de Aveiro e a RODI - Industries, S.A., para desafetação e cedência do troço da Rua D. Gonçalo Viegas situado entre os atuais prédios da RODI - Industries, S.A., e a sua (re)construção em variante e cedência pela mesma empresa.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 16/07/2020, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

"Boa noite a todos. De forma sumária o que está aqui em termos formais é a alteração desta parcela de domínio público para domínio privado, para que se possa permutar, mas na prática está em causa o processo em si. Porque se a Assembleia não viabilizar essa autorização a permuta está impossibilitada. Portanto a ideia, que desenvolvemos por proposta nossa, foi acabar com um velho problema que é uma via pública que está no meio de duas unidades fabris da mesma empresa e que por força de um conjunto de sinergias, embora num lado façam lava-loiças e do outro aros de bicicletas, há um conjunto de interações que fazem com que necessitem do suporte entre os edifícios. Este arruamento já foi em tempos muito usado pela Pavicentro. A Pavicentro tem na parte de trás da Rodi uma porta de acesso, que nomeadamente era a porta de entrada e saída das peças de maior dimensão como matéria-prima e produto acabado daquela unidade. Enfim esse trânsito foi baixando, mas a questão que está ali é que temos um mau arruamento porque ele é necessário para a operação industrial que tem estado a crescer em dimensão e em qualidade e é hoje uma empresa muito importante no quadro da região de Aveiro. Portanto a ideia foi fazer um acordo fazendo uma alternativa viável que circunde a empresa, vindo do lado de Eixo, do lado urbano e essa via marcará também em termos físicos, aquilo que temos agora no PDM, que é a delimitação daquilo que é a área industrial e aquilo que é a área habitacional.

Portanto fez parte do acordo a empresa fazer o projecto, embora seja um gabinete nosso conhecido, que trabalha para a Câmara. O estudo prévio foi feito pela nossa equipa técnica e depois o projecto de execução foi feito por uma empresa contratada pelo Rodi. E pronto é neste quadro de acordo que se fará uma obra em que a Rodi já fez consulta ao mercado e já escolheu empreiteiro e portanto estamos apenas à espera que o empreiteiro se prepare e que nós terminemos o processo formal desta fase que é a decisão da Assembleia municipal hoje e depois a assinatura do contrato de permuta na próxima semana.

Nós entregaremos esta parcela de terreno que ficará zona privada da Rodi e faremos essa entrega no dia em que recebermos a obra pronta e vistoriada em termos técnicos pela nossa equipa.

Portanto a Câmara faz assim como fez a fiscalização do projecto, fará a fiscalização e a recepção da obra. Em termos financeiros estamos a falar de um excelente negócio para a câmara. A obra que vamos receber vale, arredondando as contas, mais ou menos o dobro daquilo que vamos entregar na permuta, mas fez parte do acordo que desenvolvemos com a Rodi, acordarmos nestes termos. E portanto achamos que é um excelente acordo e julgamos que o interesse público é repartido em termos uma via nova em termos de qualidade e de segurança e o interesse privado de uma empresa que obviamente também é muito importante para o interesse público naquilo que é a sua capacidade de manter e gerar emprego e obviamente que fica com condições muito melhores e acabamos com o risco que ali temos de circulação pública no meio de duas unidades fabris que têm essa ligação.

Portanto é neste quadro que trazemos a proposta à Assembleia Municipal com a tranquila propositura, porque foi longa a negociação porque houve várias questões formais no fim para que os nossos juristas tomassem as designações correcta, obviamente.

E como é uma permuta nós vamos primeiro assinar um contrato de permuta, mas quando permutarmos temos um acto de escritura notarial que irá consumir formalmente o processo. Por agora formularemos apenas um contrato de permuta que é a intenção nossa de entregar este bem e da empresa em fazer uma obra que entregará à Câmara. Portanto é neste quadro que trazemos a proposta à Assembleia Municipal e com uma palavra pública de agradecimento ao Armando Levi, dono e gestor da Rodi, que trabalho com a nossa equipa sempre num elevado espírito de cooperação e procurando sempre lutar por um

acordo. Houve momentos em que o acordo esteve mais longe outros mais perto como é normal em qualquer processo de negociação e, portanto, a nossa palavra pública de agradecimento a toda a equipa da Rodi pela elegância e pela forma empenhada com que estiveram neste processo, e obviamente pelo acordo que aqui trazemos para que possamos passar à fase de execução que é para aí que vamos no que respeita à obra. Obviamente estarei disponível para as questões que queiram colocar."

Membros da Assembleia

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

"relativamente a este processo não temos nada a opor. A única questão que queremos levantar é em termos de agendamento. Tem a ver com a permuta formal dos terrenos porque não me apercebi se existe alguma data para a formalidade de facto. Tem a ver com garantir se as vias estão disponíveis para o acesso a quem precisa de transitar e garantir que os trabalhos na via sejam feitos em segurança para evitar qualquer tipo de acidentes. É só."

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Queria fazer apenas um comentário. O ponto que nos traz em debate é exemplar, representa o que foi o ordenamento do território em Portugal durante muitos anos. Sendo grave o clássico era juntar zonas residenciais com indústria pesada. Infelizmente vivemos estes erros de ordenamento que se prolongaram durante anos. E neste momento estamos aqui a resolver um desses problemas. O que lamentamos é que sempre que é assim, se esteja a resolver problemas de uma forma relativamente avulsa. E portanto defendemos que deveria haver um processo mais alargado para resolver estes erros de décadas no que toca ao ordenamento do território. E portanto consideramos que este debate deve servir para memória futura e não cometermos mais erros como cometemos no passado no ordenamento do território e esperemos que esse debate seja feito em breve. Muito obrigado."

Vogal Carlos Anileiro (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Este acordo obviamente que temo nosso apoio. E vai levar-nos para circunstâncias do futuro que tem de corrigir erros do passado. Naturalmente que a Rodi que é uma empresa sediada há décadas na zona industrial de Eixo, é uma empregadora de referência na freguesia, exporta grandes volumes da sua produção para todo o mundo e este acordo para além dos interesses mútuos e económicos vem abrir para o futuro e aqui vou falar da questão da variante a Eixo da construção pela zona industrial de Eixo. E é sobre esta variante, sobre a possibilidade de deslocação do trânsito que hoje atrapalha toda a zona urbana da vila de Eixo, temos de encorajar a construção da variante em falta.

Fazendo um pequeno historial da variante de Eixo, há mais de sete anos que foi estudada, junto à linha do ramal do Vouga, mas não teve seguimento por razões orçamentais. Por ocasião da construção do actual estádio municipal a Câmara chegou a fazer uma reavaliação do antigo projecto e não teve as consequências como nós testemunhamos. Já nos últimos anos da governação de José Sócrates foi apresentado com grande espectacularidade que em Águeda quer em Aveiro uma auto-estrada Aveiro/Águeda que acabou com os estudos anteriores, mas que por razões em que ele mergulhou o país, como se adivinha não saiu do papel. Pelo menos poupou-nos ao triste espectáculo de obras

abandonadas e em esqueleto que vemos pelo país fora nomeadamente como vemos pelo Alentejo.

Depois houve mais algumas movimentações da Câmara de Aveiro no sentido de avançar tendentes a retirar o trânsito do centro da vila. Mas também sabemos que já no actual mandato o executivo está a movimentar-se no sentido de construir uma variante que passará na zona circundante da zona fabril de Eixo, sendo que esta permuta de terrenos irá viabilizar em parte o audacioso passo da ambicionada variante.

Quero recordar aqui que no tempo do Dr. Élio Maia houve uma requalificação da N230-1 obra chamada de troço Eixo/Quintãs, mas que foi apenas executado na zona de Oliveirinha, deixando a zona industrial de Eixo para trás não sabendo nós exactamente porque razões. Era este apelo que deixava à Câmara para avançar para a bendita variante. Muito obrigado."

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

"Senhor Presidente, telegraficamente, apenas usar da palavra não apenas para traduzir o sentido de voto como consta da deliberação tomada que colheu unanimidade no seio da Câmara Municipal, e portanto a bancada do Partido Socialista adere aos seus pressupostos e reconhece o interesse público da desafecção e portanto acompanhará também a votação e votará favoravelmente."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

"Boa noite Senhor Presidente. Apenas dará nota que eu já lá tinha passado várias vezes em frente daquela fábrica e hoje resolvi entrar pela rua que vai ser alvo desta permuta. W a sensação que tive foi a de que efectivamente tinha acabado de invadir uma propriedade privada porque ao final existem duas estradinhas em terra batida que entram pela mata a dentro e portanto dizer que não transito nenhum ali. A não ser o trânsito dos empilhadores entre as duas unidades da RODI.

Portanto realçar das palavras que o Presidente usou aqui, porque é mais um velho problema que fica resolvido aqui. E no caso um problema que o empresário em causa esta solução vai melhorar os seus acessos sendo que a Câmara tira também uma contrapartida muito interessante porque fica com um arruamento novo pago pelo empresário. É só."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[012](#)

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação[013](#) **o Ponto 1 – Apreciação e votação da desafecção do domínio público de uma parcela de terreno da Rua D. Gonçalo Viegas, em Eixo, no âmbito do contrato-promessa de permuta de terrenos a celebrar entre o Município de Aveiro e a RODI - Industries, S.A., para desafecção e cedência do troço da Rua D. Gonçalo Viegas situado entre os atuais prédios da RODI - Industries, S.A., e a sua (re)construção em variante e cedência pela mesma empresa, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e dois votos a favor (PSD14+CDS6+IND1+PS10+PAN1), três abstenções (BE2+PCP1), e zero votos contra.**

Não houve declarações de voto:

Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de concurso público de Requalificação do Largo do Rossio e Praça General Humberto Delgado, em Aveiro, e Concessão do serviço público de estacionamento em parques de estacionamento subterrâneos.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 27/07/2020, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra Presidente da Câmara⁰¹⁴ para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁵

"Muito obrigado. Esta proposta tem uma justificação que tem de ser dada, porque aprovámos anteriormente um concurso, lançámo-lo, e ele teve na passada segunda-feira a deliberação de não adjudicação. E não adjudicámos porque as propostas apresentadas não reuniram condições formais para serem acolhidas, nomeadamente a única que tinha um preço acolhível cumprindo a base do procedimento que era de 9,8 milhões de euros teve um problema de introdução na plataforma de tramitação de concursos públicos e entrou 22 minutos depois da hora, o que é liminarmente factor de exclusão.

Obviamente que foram muitas interações da empresa com a acinGOV (plataforma electrónica de compras públicas), da Câmara com a acinGOV, para verificar de quem seria a responsabilidade porque o funcionamento da plataforma é da acinGOV. Enfim, das interações informais nada resultou porque não houve evidência de que a plataforma tivesse responsabilidade. Os técnicos deram testemunho que de facto houve trabalho de relação telefónica de que o técnico da empresa estava a ter dificuldades em coloca-la, esses testemunhos tivemos, mas obviamente esses processos ou têm formalidade ou não servem para nada. E por isso o júri tomou a decisão de excluir a proposta e não adjudicar. Na audiências dos interessados a empresa em causa apresentou reclamação formal. Obviamente tivemos que analisar a reclamação, novas diligências com a acinGOV e resultado, não existiu prova documental daquilo que a empresa testemunhou porque a plataforma tem um modelo formal de candidatura para alguém que tem dificuldade em colocar uma proposta e a empresa, enfim, por desconhecimento não acionou o mecanismo formal para esses casos que permite que o documento para depois manusear a introdução do documento.

Conclusão o nosso júri reiterou o relatório preliminar que foi dizer, não há proposta para adjudicar e foi isso que foi à Camara Municipal na segunda-feira para nós deliberarmos a não adjudicação.

Logo que verificamos que esta situação era assim a partir do momento que ficámos com a noção das nossas diligencias com a acinGOV de que não iria ser possível porque dificilmente nasceria um documento a provar a inocência da empresa que pudesse à Câmara validar a proposta com o atraso dos 22 minutos fosse imputado á plataforma e não ao consórcio, mas isso não existiu e desde esses momento que para nós ficou claro que a probabilidade de se salvar o concurso era muito baixa demos indicações ao nosso projectista para avançar imediatamente com a revisão do projecto, com contactos com o mercado, com diligencias com as três empresas que estudaram o caderno de encargos do processo, para podermos tomar decisões na perspectiva de um segundo lançamento porque obviamente a opção politica é reiterada pela importância desta obra.

A conclusão que foi de todo esse trabalho, vou dispensar pormenores, é que temos um novo concurso que é o que temos aqui hoje, para lançar pelo valor de 11,7 milhões de euros. 1,9 milhões mais do que aquilo que fizemos no primeiro concurso. E este valor, a sua proveniência vem de cerca de 840 mil euros da componente de arquitectura que na prática quer dizer de um conjunto de elementos que tem a ver com a superfície, portanto são elementos do revestimento superficial da praça propriamente dita e 200 mil euros de movimentos de terras agregados a 700 mil euros da chamada estabilidade que é no fundo a componente estrutural do edifício que se vai construir em cave.

Essa componente primeira da arquitectura tem muito a ver com reavaliações de preços de mercado, nomeadamente da pedra que é usada nos revestimentos e também a da componente da estabilidade que tem a ver obviamente com o movimento de terras, que tem a ver com uma opção que uma vez analisada do ponto de vista de outras opções técnicas e tínhamos concorrentes que pretendiam fazer a obra com outras soluções técnicas em termos da estrutura, mas a decisão foi manter a solução técnica que estava definida que é parede moldada com piso de cave assente em jet-grouting para o estacado e a componente que se decidiu adicionar foi aumentar em cerca de 30% a altura da parede moldada, que faz o contorno de todo o rectângulo do edifício de cave, levando a parede moldada mais abaixo cerca de 30% com a ideia de diminuir a pressão hidrostática sobre o piso da cave que assenta no jet-grouting e aumentar o número de estacas para ancorar a parede moldada.

Portanto estas foram as alterações introduzidas no projecto em razão de natureza comercial de custos de materiais e deste ajustamento ao projecto de estruturas, para enriquecer a proposta e manter num nível alto a opção.

Posso dizer-vos por exemplo que um dos concorrentes não queria fazer o jet-grouting e apresentar alterações ao projecto e não fazer o jet-grouting porque custa mais entre 1,2 e 1,4 milhões de euros e eles colocaram apenas 1 euro, porque a proposta que nos iriam fazer era fazer parede moldada até ao fixo do terreno ou seja até aos 26 a 28 metros. E portanto depois faziam por aterro a placa de fundo porque entendiam que esta solução tinha algumas vantagens nomeadamente em tempo de execução e mantendo a fiabilidade e de segurança muito alto. No entanto entre o muito alto de 93% e o de 99% obviamente nossa opção foi de 99% e mantivemos a opção inicial com as alterações que vos acabei de referenciar.

Adiciona-se a isto uma opção clara, que reiteramos e mantemos, desta intervenção pela importância que tem para o Rossio propriamente dito e para a qualificação desta zona poente da cidade pelas diferentes operações que estão em obra, como seja a Rua da Pêga, da estrada dique da Troncalhada, ou a segunda ponte da eclusa, a reformulação da rede viária entre a rotunda do Marnoto e a nova ponte eclusa, enfim, todas essas operações e depois aquelas que estão mais num estado mais de projecto e de início de requalificação como seja o bairro da Beira-mar.

Tudo isto são os argumentos que nos levaram a tomar esta decisão. Acresce o Covid que obviamente nos veio incentivar mais a investirmos, a qualificarmos a nossa cidade e nosso município, para que volte a ser mais atractivo ainda, para regressarmos ao tempo bom onde já estivemos, mas queremos voltar com mais condição. Mas temos de ter mais capacidade, mais novidade, mais qualidade, para atrair consumidores, enfim aqueles que normalmente referenciamos como turistas, mas obviamente pensamos em todos. E portanto esta é também uma peça que se tornou mais importante. Todos nós dispensávamos o argumento Covid para tudo, mas ele está cá e temos que o gerir e a nossa resposta é de mais investimento, mais aposta, temos de ter aqui uma capacidade de reacção à crise grave que todos estamos a viver. Repito não precisávamos deste argumento, todos os outros chegam e sobram para darmos este passo, mas infelizmente temos mais este argumento. Ele

vai fazer parte da nossa vida e temos que o gerir e em resposta a ele a nossa resposta é reiterada. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[017](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Dar nota que não podemos concordar com esta opção política uma vez que consideramos que vai no sentido errado do ponto de vista da mobilidade, da qualidade do espaço urbano, e que os riscos não justificam a realização deste tipo de obra neste local e ademais com a concessão de exploração dos parques para 40 anos. Obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[018](#)

"Ex.mo Senhor Presidente de Câmara, excelentíssimos deputados municipais e demais presentes. A opinião do PCP em relação à construção e ao arranjo que se prevê para a zona do Rossio é por demais pública e por demais conhecida a nossa opinião.

O PCP considera que é uma má notícia, uma péssima notícia para o município de Aveiro aquela construção por motivos já muito aprofundados. Sumariamente diria por questões de planeamento da cidade e da mobilidade. Pelo dinheiro que ali se irá gastar. Pelo transtorno que irá causar. Pela violência do ponto de vista ambiental que é. Pro uma necessidade de uma requalificação do Rossio, mas que mantenha nos seus traços essenciais aquilo que é a genética daquele espaço verde e naquilo que é a funcionalidade actual do Rossio. Ora nada disto está previsto neste projecto que a maioria do PSD/CDS pretende aqui aprovar, entre outras questões que me vou escusar agora aqui de continuar.

Aquilo que a maioria do PSD/CDS aqui propõe é o segundo arranjo para o concurso público. Trouxeram uma proposta, depois houve outra onde até o Mercado Manuel Firmino ia de brinde. Enfim!

A verdade é esta. Quanto mais se mexe nesta obra maiores são as dificuldades que ela revela e maior é o poço de incongruências e dificuldades e gastos financeiros que ela exigirá aos impostos municipais. E que portanto cada vez se tornará mais penosa à maioria do PSD/CDS de a defender.

Neste sentido para nós Partido Comunista a requalificação que se pretende para o Rossio não é uma questão de esperteza nem é uma questão financeira. A obra até poderia ser oferecida a Aveiro, não a aceitaríamos porque não é isto que queremos para o nosso município. Portanto está claríssimo que a nossa posição será sempre de frontalidade. Mas não deixamos de registar o avolumar da dificuldade e o avolumar do custo da obra. Isto para já porque daqui a dois anos veremos quanto é que nos irá custar a obra e quando acabará?

Não deixamos de registar também que neste espaço de tempo o Rossio está, nem vou adjectivar, está no estado que todos veem, um estado que nos envergonha a todos, enfim, para todos contemplarmos sobre o que é a eficácia do executivo e sobre a precipitação que revela em todo este processo desde o início. E vale a pena lembrar uma e outra vez o papel da população, dos moradores, dos munícipes, que sempre afincadamente se opuseram a uma obra que esta maioria impõe. Independentemente das dificuldades administrativas que se reconhece e acumulam.

Portanto terminaria com esta ideia que é de facto o que resume a posição do PCP em relação a este tema. A requalificação que se pretende, com a construção de um parque subterrâneo naquele lugar, no Rossio de Aveiro, não é uma obra que sirva os interesses de

Aveiro, os interesses dos moradores, os interesses do munícipes. A Câmara Municipal de Aveiro e a maioria PSD/CDS servem outros interesses que não estes. Tenho dito."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁹

"Senhor Presidente a posição do BE em relação a esta matéria é conhecida. Consideramos um erro político, um erro de mobilidade, um erro de ordenamento.

Defendemos a requalificação de um jardim com critérios de serviço público, fruição de espaços verdes, manutenção do parque arvore-o. Portanto requalificação sim estacionamento não.

Não podemos ainda deixar de referir o timing desta discussão. Trata-se só do tema mais controverso do seu mandato. Trata-se da peça central deste mandato. Mas vem aqui em plena época balnear discutir esta matéria. Foge ao debate, como o fez em campanha eleitoral, tem medo do escrutínio popular o que acaba por ser uma contradição de quem com tanta pompa diz que isto é uma obra relevante e de qualidade, mas depois tem medo do escrutínio popular.

Temos depois também a questão do método do concurso. O método não é novo. Já o vimos aquando da concessão da MoveAveiro. Primeiro surge um concurso público fantasma, depois surge uma situação complexa pela qual não se pode dar validade a esse concurso, e depois faz-se um novo concurso mais favorável para o concessionário, como aconteceu com a MoveAveiro sem que se perceba muito bem por que é que se estão a tornar as condições mais favoráveis, sendo que nunca é favorável para o erário público. Portanto nada de novo no método de contratação pública de Ribau Esteves, facilitador de negócios, benefício do privado, prejuízo do erário público.

Quanto vai custar aos aveirenses o projecto de vaidade desta maioria?

Sabemos que esta Câmara em apoio famílias reservam 100 mil euros de apoios por ano. Pois este parque vai custar 120 vezes mais. Estamos como disse o Senhor Presidente em plena pandemia, era Covid, perante a maior crise social, e o que o Senhor Presidente nos tem para dizer é que vai gastar 120 vezes mais num parque de estacionamento.

Custos para a Câmara 9,2 milhões! Renda anual do concessionário 24 mil euros. Sabem em quanto tempo se pode reaver este investimento? 383 anos. São 40 anos de concessão a pagar 24 mil euros anuais nos quais vai receber menos de 1 milhão. O Senhor Presidente que se autodenomina o grande gestor das Contas deste município, que na sua maioria já por aqui ouvimos falar dos grandes gestor de empresas de que fazem parte, pois eu desafio qualquer um de vocês a dizer que isto se trata de um bom negócio se isto fosse apresentado na vossa empresa. 9,2 milhões de euros a receber no final menos de 1 milhão como pode ser um bom negócio?

Mas continuemos com as Contas. Custo total agora 11,7 milhões. Receitas 3,34 milhões. Custo para a Câmara 8,36 milhões por 219 lugares de estacionamento. Corresponde a 38 mil euros por lugar. Nessa ordem de grandeza Senhor Presidente gostaria de lhe perguntar quanta habitação pública se poderia constituir por este valor? São 38 mil euros por 1 lugar de estacionamento. É que há pessoas no nosso concelho que precisam de habitação. Que estão em listas de espera para terem acesso à habitação. Já lugares de estacionamento há muitos vazios na cidade, sobram lugares de estacionamento.

Outro valor que chama a atenção nesta matéria e que não falou na sua intervenção inicial, são os 2 milhões que ainda está disposto a pagar para antecipar a obra dois meses!? Fará sentido na conjuntura actual, depois da anulação de um primeiro concurso, em plena pandemia e sem saber se vamos ter de voltar a confinamento ou não, estar a dispor de 2 milhões de euros para antecipar uma obra dois meses! Para nós não faz qualquer sentido que este valor continue em cima da mesa.

Depois das suas explicações muito está ainda por responder. Por que foi o projecto inicial alterado? Houve erro do projectista ou há novas informações? Se havia erro porque não foi possível verificar até esta altura. De quem é a responsabilidade desse erro? Haverá ou não responsabilidade de indemnização? Uma empresa apresenta-se a concurso com um preço abaixo do descrito no caderno de encargos e por 22 minutos não foi considerada. Mas isso não invalida que os critérios de segurança de que o Senhor Presidente fala eram conhecidos e, portanto, se essa candidatura tivesse ido avante o que é que acontecia? Continuava-se com uma obra que não é segura e que constitui um risco? E depois disto ter acontecido como garante que isso não vai acontecer no futuro? Como garante que não vai haver novas derrapagens? O PSD/CDS estão dispostos a abrir um buraco no coração da cidade, desnecessário, em contraciclo com as melhores políticas de mobilidade, e em contraciclo com a maior crise social que estamos a viver. Quem aprovar esse buraco será corresponsável por 12 milhões de erros de profundidade do buraco que não devia existir. Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[020](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimento a todos. O ponto em apreciação já foi longamente apreciado e discutido em diversos momentos e foi aprovado aqui nesta Assembleia.

Por vicissitudes dum projecto desta grandeza surgiu a necessidade de proceder a algumas alterações que se referem à parte do concurso e que se reporta à construção do estacionamento e do arranjo do Rossio. Por esse motivo entendemos que não se torna necessário repetir as nossas intervenções efectuadas naquela Assembleia de Outubro e mantemos o nosso voto favorável àquela proposta apresentada.

Aproveitamos no entanto esta oportunidade que o assunto do Rossio nos dá para falarmos de políticas de mobilidade e de desenvolvimento urbano. Não daquelas políticas tratadas em teses de mestrados ou doutoramentos que na maior parte das vezes não têm aproximação à realidade e que mais não servem do que dar foco nas redes sociais a quem não consegue sair do âmbito académico. Muitos exemplos também nos chegam de cidades com latitudes diferentes das nossas, com pensamento e maneiras de ser diferentes dos portugueses e que podem servir de inspiração, mas mais nada do que isso.

No passado dia 22 deste mês foi publicada uma entrevista muito interessante no Diário de Notícias, com o alcaide de Pontevedra, essa sim uma cidade comparável com Aveiro. Não só pela população, 82 mil habitantes, como pela localização geográfica que nos faz muito semelhante, e também ser uma cidade que está inserida num ambiente lagunar. Exemplo com mais semelhanças com Aveiro será difícil de encontrar.

A política que Pontevedra seguiu de há uns anos a esta parte levou à redução da sinistralidade rodoviária e das emissões de dióxido de carbono, e ao aumento do espaço público para ser disponibilizado pelo cidadão. E segundo o entrevistado, alcaide de Pontevedra, uma das medidas mais importantes para atingir este objectivo, foi aumentar o número de parques de estacionamento subterrâneos e de construir parques de estacionamento na periferia, que estando em locais que permitam o acesso pedonal ao centro, tornam menos necessária a circulação automóvel, sobretudo aqueles que andam à procura de lugares de estacionamento. É nesse sentido que se caminha em Aveiro. Com investimento público neste momento, mas certamente com investimento privado no futuro.

Para além do Rossio relembro o parque da estação que estará concluído brevemente. É necessário procurar outras localizações nas redondezas da cidade, para mais parques destes género. É possível e está bem próxima a cidade com estas soluções a funcionar. O que me leva a sugerir a alguns aveirenses que gostam de piqueniques em jardins a

programarem o próximo para Pontevedra e irem lá ver com os seus olhos o que por lá se faz. Disse."

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. A notícia da anulação do concurso da requalificação do Rossio devia, podia ter sido uma boa notícia.

Podia ter sido uma boa notícia e eu tive uma esperança por breves instantes, lamentavelmente apenas breves instantes, se tivesse significado como por instantes pensei, o abandono da ideia de desventrar o Rossio e aí ir construir um parque de estacionamento.

Afinal, traduziu-se apenas na confirmação da obstinação da maioria do PSD/CDS na construção desse parque. Uma obstinação que difere hoje da obstinação anterior apenas no preço. É uma obstinação hoje bem mais cara do que era antes.

E o projecto que em Outubro de 2019 nos era aqui assegurado ser de altíssima qualidade e tinha sido fruto de um amadurecimento, afinal tal como os críticos de então referiam ele teve de ser alterado, porque os milhões de dinheiros públicos previstos para nele gastar na obra agora já não chegam.

Como foi aqui referido e é recorrente, como já foi tido este debate e se mantém os pressupostos, cumpre-nos reiterar também a nossa posição de fundo. Para o Partido Socialista o Rossio deve ser requalificado, precisa de ser requalificado, mas sem comprometer o seu subsolo para parque estacionamento, porque a política que preconizamos vai em sentido contrário. E aquela que é a opção desta maioria é opção contrária aquilo que são políticas públicas de mobilidade modernas. O Jorge Greno acaba de referir a necessidade de construir parques nas periferias das cidades, que são hoje a opção de todas as cidades que queremos melhores.

Mas concluo Senhor Presidente frisando uma ironia. É que no momento em que o Presidente da Câmara de Aveiro vem propor à cidade a concessão de um parque de estacionamento por 4 décadas, repito 4 décadas, vamos a seguir analisar um documento estratégico para o país em que na página vinte se pode ler "na próxima década as cidades prescindirão até cerca de 80% dos automóveis que nelas circulam".

Portanto dificilmente poderíamos atestar a forma como neste momento se planeia aquilo que o futuro não trará."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[022](#)

"Boa noite a todos. Bem eu vou centrar a minha intervenção na discussão que estamos aqui a fazer hoje. Isto é uma assembleia municipal, o senhor presidente da Câmara apresentou a proposta na Câmara, o executivo fez a votação, e agora apresenta nesta Assembleia e cabe-nos a nós fazer a avaliação. E portanto ouvidos os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, vamos ter de tomar a decisão, todos. É, temos de tomar a decisão.

E a questão é: a Câmara aparece-nos aqui com uma nova realidade, pela fatalidade que o Senhor Presidente da Câmara explicou porque a proposta não apareceu e, depois, houve uma explicação muito curtinha do ponto de vista técnico que, pelo visto tivemos sorte senhor Presidente da Câmara, por 22 minutos!? Se não tínhamos feito uma construção que não reunia as condições de segurança — foi a ideia com que fiquei.

Uma parede que aumenta que aumenta 30% estrutural não percebi, mas acredito que possa explicar isso depois com mais detalhe. E portanto faço essa insistência para me explicar melhor do ponto de vista técnico qual é esta alteração?

E a questão de pagar mais 2 milhões para nós acelerarmos a obra dois meses faria muito mais sentido atrás antes da pandemia, porque nós tínhamos o turismo muito forte e portanto

a intervenção de uma zona tão delicada como aquela quanto mais cedo melhor — e aí até percebia.

Depois queria mais uma explicação pelo seguinte: quando entrámos nesta coisa toda do Rossio uma frase sua que ficou marcada (se calhar mal), foi dita por si e nunca o ouvi desmentir, foi numa assembleia municipal falou que 4,7 milhões de euros estaria bem, se fosse o dobro acabou a conversa, não há obra no Rossio e acabou a conversa.

O senhor Presidente teve a oportunidade de me esclarecer isso da última vez que trouxe a proposta. Mas agora já não é 9,8 milhões e acabou a conversa, é 11,7 milhões!

Para além de que, parece-me a mim, a obra é absolutamente excessiva. Está a condicionar a intervenção no jardim do Rossio. Eu acho que esta questão do Covid justificaria que a obra fosse feita agora quando não há tanto constrangimento para o turismo como é evidente, mas sou-lhe sincero, tenho receio que este concurso fique deserto.

E devo dizer mais. Este é provavelmente dos negócios que não é bom para ninguém. Não é um bom negócio para a Câmara e aparentemente também não é bom negócio para o privado porque não apareceram dez privados.

E o que o Bloco dizia à pouco também não é bem verdadeiro, porque se não tinha aparecido quinze privados para este preço e não tinham perdido a proposta por 22 minutos, mas haviam outras para escolher.

Também não foi isso que aconteceu. O problema é que a obra é tecnicamente cara e muito arriscado para um privado para a executar. Obviamente que eu acho que isto é um erro e sempre disse isso. Nós devíamos requalificar o Rossio e pensar em fazer o estacionamento numa zona de intervenção nova, que na minha opinião deveria ser feita na lota quando adquirirmos os terrenos ou quando o Estado Português ganhar alguma vergonha (devo dizer) e nos acelerar o processo de entrega daqueles terrenos que são da Câmara Municipal de Aveiro por direito próprio, quer a gente os compre quer não. Não tem a ver com esta matéria mas de alguma maneira entrona naquilo que é a minha perspectiva sobre o futuro da cidade. Para já é só."

Vogal Jorge Gonçalves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

"Cumprimento o Senhor Presidente e todos os meus colegas. Aparentemente já tudo foi dito. Mas eu lembro aqui Ortega y Gasset, filósofo espanhol, que fala de uma forma muito cimentada do homem e a sua circunstância. O que nós achamos é que as circunstâncias são difícilimas e que esperamos que não sejam dramáticas nos próximos meses ou nos próximos anos.

Esperemos que essas circunstâncias não atrasem aquilo que nós consideramos efectivamente o essencial. Que é visivelmente o importante, que é a recuperação do Rossio que pelo estado em que está merece efectivamente a requalificação e merece esse investimento por parte da Câmara. Investimento que já em 2016 o Senhor Presidente afirmou que era indispensável.

Agora será que a opção política pela construção do parque de estacionamento não vai atrasar mais e de forma significativa a recuperação do jardim do Rossio na sua superfície, pergunta que lhe faço.

O que se verifica também senhor presidente é que desde 2016 até ao presente a responsabilidade política e material da Câmara na construção de toda este conjunto, nomeadamente o parque de estacionamento, tem sido visivelmente crescente. Eu lembro que em 2016 a ideia era apenas que a responsabilidade política e material da superfície da obra era da Câmara, mas que os privados se responsabilizavam pelo parque de estacionamento.

Depois esta maneira de pensar ou esta obsessão política terá sido alterada e foi elencado que a Câmara se teria de se responsabilizar materialmente em 5 milhões para a construção do parque de estacionamento pelo privado.

Depois estes valores subiram para 9.8 milhões na proposta aqui aprovada em Outubro de 2019. Perante estas circunstâncias difíceis vemos agora que o comprometimento público já chega aos 11,7 milhões de euros!

Enfim, eu pergunto Senhor Presidente, perante esta conjuntura tão difícil e com tantos problemas que já existem e que podem ainda surgir de carácter económico e social, vale a pena este comprometimento e esta aposta? Muito obrigado."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[024](#)

"Boa noite Senhor Presidente, caros colegas. Sobre o Rossio. É um tema mais que falado e mais que tratado, mas a bancada do PSD mantém exactamente a mesma posição.

Queremos um Rossio mais verde, com mais passeios, com mais árvores, sem nenhum estacionamento à superfície, zero carros estacionados à superfície. Queremos um Rossio com mais pessoas, com uma bateria sanitária decente e com um centro interpretativo cultural.

Isto leva-nos a um problema. Estacionamento para os carros que hoje estão à superfície. Porque é bonito dizer zero carros à superfície mas vão para onde? A requalificação do bairro da Beira-mar irá levar obrigatoriamente a uma diminuição de estacionamento em toda aquela área na ordem do 50%. A requalificação do bairro da Beira-mar irá levar à proibição viária em algumas daquelas ruas que hoje são perigosas estarem abertas à circulação automóvel. E os carros vão para onde?

Nós no PSD defendemos completamente a construção do parque de estacionamento debaixo da plataforma do jardim do Rossio. Pensamos que é uma boa obra para os residentes, pensamos que é uma boa obra para o bairro da Beira-mar e para os aveirenses.

Na bancada do PSD entendemos, como afirmámos desde sempre que esta obra de requalificação da superfície e a construção do parque de estacionamento é uma obra boa. É uma obra necessária para o bairro da Beira-mar, para os aveirenses e para quem nos visita.

Senhor Presidente e restante executivo, a bancada do PSD apoiará e votará favoravelmente a proposta de abertura do concurso para a obra ir para a frente."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[026](#)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[028](#)

"Senhor Presidente, eu de facto sorri quando o Senhor Presidente da Câmara referiu o aeroporto da Ota. Mas fico contente por saber que ainda há autarquias que defendem os interesses das populações e não os interesses da Vinci. Mas recordo-me que na altura dessa discussão da Ota o seu partido era contra! Mas com certeza as pessoas mudam e todas têm a sua liberdade de pensar.

Mas só queria deixar claro uma coisa à intervenção do Senhor Presidente. O PCP não defende o Rossio tal como ele está nos termos que o Senhor Presidente entendeu dizer. Entendemos que ele deve ter as características que tem. Ser jardim público, acesso à população. Nós não defendemos a cristalização dos defeitos que enumerou, dos equipamentos degradados, do buraco a céu aberto, nós não defendemos nada disso. O que

defendemos é uma requalificação com a valorização do espaço de lazer infantil, das zonas arbóreas, eventualmente até ponderar o seu alargamento para o sítio do estacionamento existente que é inútil, essa é a perspectiva que nós temos. E tanto assim é que nós não temos irredutível em relação às transformações urbanas. O Senhor Presidente não se recorda de o PCP fazer sequer uma crítica à requalificação das 5 Bicas. Ou mesmo em relação à requalificação da Avenida Dr. Lourenço Peixinho a nossa preocupação é com o decorrer das obras e o prazo de execução. Nós defendemos que as coisas como estão têm de ser arranjadas. Como está não serve a ninguém. A Avenida no estado em que ela está, a degradação, a modificação do piso, de retirar de lá tralha urbana implantada à décadas e que não serve para nada e só se gastou dinheiro. Há muita coisa a fazer na Avenida e nós defendemos isso.

Mas no Rossio defendemos a manutenção da sua génese. E ao contrário do que o Senhor Presidente disse no fim da sua intervenção nós não defendemos o Rossio como zona de eventos, praça de eventos. Não. Nós achamos que o Rossio deve ser um jardim. Praça de eventos haverá outros espaços. Olhe tem a Marquês de Pombal, haja vontade de pôr aquilo a mexer."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰²⁹

"Senhor Presidente. Registo que da parte do Senhor Presidente não tenha havido nenhuma contradição aos números que nós apresentámos e, portanto, tanto o Senhor Presidente como maioria que o suporta em fazer um mau negócio. 38 mil euros por lugar de estacionamento não suscitou nenhum comentário por parte do senhor Presidente nem por parte de nenhum membro da sua maioria.

2 milhões para adiantar dois meses a obra na conjuntura actual é completamente dispensável. E suscita da parte do Senhor Presidente um comentário sobre a suas capacidades de super-gestor.

Eu sei que o Senhor Presidente gosta muito de responder para o lado, mas este é um assunto demasiado sério na vida das aveirenses e dos aveirenses para que seja tratado desta forma. Portanto continuamos sem perceber por que é que há um aumento do custo da obra de 2 milhões e não se importar de gastar 2 milhões no adiantamento da obra sem qualquer justificação.

E continuamos sem perceber quando nos diz que é uma solução como podia ser outra qualquer que são alternativas de engenharia. Portanto esta obra acrescenta dinheiro sobre dinheiro indispensável, tal como é esta obra dispensável.

Lamento que o Senhor Presidente igualmente assobie para o lado quando, quando de facto é uma responsabilidade das autarquias responder à habitação pública, que é um problema presente que existe à lista de espera das pessoas que querem ter uma habitação, mas o Senhor Presidente decide assobiar para o lado. Quando há parques de estacionamento vazios e não se importa de construir mais um na nossa cidade. Se quer um exemplo de transformação nesta matéria, olhe para o caso da Holanda e olhe para o caso dos Estado Unidos. Num momento de crise petrolífera quando houve que haver uma decisão e há o advento dos modos activos como o uso da bicicleta através de políticas públicas como foi feito num país como a Holanda e não foi feito num país como os Estado Unidos e vá ver os resultados dessas mesmas escolhas. Portanto é uma escolha. É através de políticas públicas. E o Senhor Presidente aqui defende que a melhor solução para o nosso município é abandonar o transporte individual em prol dos transportes públicos, que sabemos que não é a sua escolha, e que portanto quando estamos a falar de Covid e de transportes, não é a sua escolha permitir que as pessoas possam usar em segurança os transportes públicos, é

sua a escolha de manter o transporte individual no centro da nossa cidade e isso é um erro crasso. É um erro crasso hoje, daqui a dez, daqui a vinte, daqui a trinta anos."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰³⁰

"Obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. A posição que ao longo do tempo o Partido Socialista defendeu e eu próprio, ficou clara. Não deixou de ser interessante falarmos aqui "não podemos deixar de preparar o futuro" relativamente ao hidrogénio e outras coisas. Mas eu não posso deixar de pensar que a preparar o futuro, no caso do Rossio, é prepará-lo com obra do passado e toda a gente sabe que assim o penso. E também dispenso aqui alguns comentários que aqui foram feitos.

E numa nota que já é de desespero permitam-me dizer que o "buraco" do Rossio pode não ser uma obstinação do Presidente da Câmara e desta maioria. Mas provavelmente passou a ser uma terrível obstipação de argumentos ridículos. E eu espero que o alívio lhe chegue com um bom jet-grouting."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰³¹

"O Senhor Presidente da Assembleia lembrou e bem e que o regimento também assim o prevê, de que isto é um órgão parlamentar, de conjunto, independente da nossa sensibilidade, independentemente do executivo ter sido eleito sem o nosso partido, temos o dever de fiscalizar em conjunto. E esta questão do Rossio não é uma questão política, já o disse na minha primeira intervenção. Eu não estou contra o buraco do Rossio porque sou do PS. Isto é uma questão de Aveiro.

Dizia o Senhor Presidente da Câmara no início da sua intervenção com a questão dos argumentos. De facto os argumentos contra não são novos. São os mesmos. Agora de quem é favor é que obrigatoriamente tem de apresentar argumentos novos forçosamente. Porque tem de justificar aos aveirenses que em vez de 9 milhões, que é necessário fazer esta obra mesmo em época Covid e em vez de gastar 9 milhões vão gastar 12 milhões. Isto é que eu não ouvi da maioria.

Certo Senhor Presidente a sua posição está tomada, já fez as explicações exaustivamente, até teve tempo para falar o aeroporto do Montijo, e já toda a gente conhece a sua opinião, ela é pública. Aliás até esteve em debates públicos com os cidadãos.

Agora isto está do nosso lado, aqui, concedermos ou não a aprovação deste concurso público internacional como o executivo aqui nos propõe. É isto que temos de deliberar aqui. Aprovar a proposta da Câmara municipal para o concurso público. E todos estamos aqui, do PS, do PSD, do CDS, etc, somos todos aveirenses. E é bom que saibamos que vamos fazer esta votação e que vamos ficar vinculados a ela para sempre. E esta até não é das piores. A pior da maioria foi a concessão da água. Bem sei, não é do seu tempo como presidente da Câmara. E portanto é preciso que o PSD/CDS se vinculem porque não é só a obstinação do Eng. Ribau Esteves. É de todo o executivo e de quem vai agora aprovar a favor.

E devo dizer o seguinte. Com Covid a minha perspectiva sobre o estacionamento, um dos principais argumentos que eu tinha era, nós estarmos num período de crescimento, e estarmos a derreter dinheiro numa obra que vai ter problemas que o Senhor Presidente não consegue controlar mesmo que tentasse certificar uma empresa com capacidade técnica para o fazer, acontecem sempre problemas que não são do seu foro, que não são controláveis inicialmente numa obra daquela complexidade. E o meu receio foi de que lá ficasse o buraco aberto e prejudicasse muito, porque esta coisa do Turismo se ficar dois anos fechado para recuperar outra vez é difícil. Mas a outra coisa que não cabe, são as

contas ali do Bloco. Vamos partir do princípio que as contas estão bem-feitas e os 38 mil euros por lugar. A questão é quanto é que nos custava esses lugares feitos numa zona relativamente próxima, sem aquelas dificuldades, mesmo na perspectiva de quem entende que deve ter o estacionamento ali, se o construíssemos na lota quanto é que isso nos custava? É urgente estar a construir ali nesta altura e ainda pagarmos mais 2 milhões pela urgência? O que é urgente é a requalificação do Rossio na parte de cima. Eu vejo que o projecto agora está melhorzinho porque anteriormente tinha saibro, não é.

Mas a minha questão nem é essa. Penso que não há aqui ninguém nesta sala, de nenhum partido, que não seja a favor da necessária qualificação do Rossio. Isso não está minimamente em causa.

A causa é adicionar um parque de estacionamento para adicionar meia dúzia de lugares aos que a Beira-mar já tem. Para quê? É esta falta de sensibilidade. E o senhor Presidente diz, a boa gestão que fiz a Câmara tem dinheiro para isso! É pá, porra, podíamos gastar esse dinheiro noutra coisa qualquer pois eu achava que faria mais sentido.

Portanto é este o meu voto contra e é esta a importância e daí que o PS diga que o Senhor Presidente está a teimar nesta obra e que deveria estar a concentrar-se noutras que não sou a questão do estacionamento, mas de outras coisas que Aveiro tem para tratar, nomeadamente apoiar a recuperação que nós vamos ter de apoiar nesta pandemia e onde a Câmara vai ter de ter um papel activo. E com alguma prudência poderíamos guardar este dinheiro para fazermos o apoio à reestruturação do tecido económico do concelho. Olhe já está aí um bom destino para o dinheiro. Portanto era esta a nota que queria deixar e fazer disto a minha declaração de voto antecipada."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰³²

"Rapidamente Senhor Presidente. Falou-se aqui de obstinação, obstipação e de pressão. Mas por que é que somos nós que vamos votar a favor com pressão? Então não é quem vai votar contra que estão com pressão? Quer dizer, é a maioria que vota, está mal. Se fosse a minoria a impor o projecto, estava bem.

Quanto ao custo dos lugares. O custo é o quê? Um custo financeiro, um custo para as pessoas, um custo para o comércio local. Ó senhor deputado qual foi um custo o buraco da praça Marquês de Pombal para as pessoas e para o comércio local? O que é que disse o senhor na altura? Nada! Qual foi o preço para as pessoas e para o comércio local do Mercado Manuel Firmino? Que vai não vai, cai não cai. Qual foi? Mas porque correu mal no vosso mandato agora tem de correr mal de novo?

Da primeira vez que falámos aqui dos buracos do Rossio eu fiz em tom de brincadeira um desafio ao PS. O único buraco que está no Rossio é a sede do PS. Eu volto a lançar o repto. Qual será o buraco que vai acabar primeiro? Será o buraco do estacionamento do Rossio ou será o buraco da sede do PS? Vamos esperar para ver."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁴

"Senhor Presidente está tudo dito e claramente dito, cada um com a sua versão. Mas ponto primeiro Rita. Aveiro dos primeiros municípios no país a recolocar o transporte público a 100% de oferta. Lisboa ainda não tem. Lisboa ainda não tem hoje 100% de oferta. O Porto ainda não tem e a maior parte dos municípios da região de Aveiro não tem. Nós fomos dos primeiros no pós pico Covid a recolocar a oferta a 100% com níveis de procura que continuam a ser muito baixos comparando com a mesma época do ano anterior.

Fernando Nogueira lamento profundamente a sua piada de mau gosto que ninguém percebeu. Mas eu percebi. Fernando não é necessário baixar tão miseravelmente o nível à

conversa. Não é preciso, sabe. Foi de um mau gosto. Nem quero usar adjetivos porque teria que usar adjetivos que não estão no português que eu gosto de usar na relação de Assembleia. Mas foi de um mau gosto. O Senhor não precisa de usar tanta baixaria como a da sua frase que ninguém percebeu mas que eu percebi muito bem, tenho aqui escrita palavra por palavra. Não é preciso Fernando ir para tanta baixaria para ser contra esta opção ou seja o que for. Lamento muito que Vexa que até ensina coisas a pessoas em formação leve a conversa para uma lama que cheira muito mal. Não vale a pena Fernando, não vale mesmo a pena. A política a esse nível de lama não presta.

E uma nota ao Pires da Rosa. Eu recomendo muito uma obra que visitei recentemente, a obra de reconstrução do cais do Terreiro do Paço e reabilitação do velho terminal de passageiros. Custa 30 milhões de euros. Tem uma frente com setenta estacas amarradas, com 42 metros de altura e era perfeitamente dispensável. Mas é uma obra de grande importância, de grande complexidade técnica no projecto e na execução, e é uma obra que a câmara de Lisboa entendeu ser muito importante.

Eu só espero que a Câmara de Aveiro tenha a possibilidade que a Câmara de Lisboa tem de fazer obras em terrenos que são da administração portuária, e que em Lisboa o governo reconheceu sem interesse portuário e que em Aveiro 'teimosamente' gente aveirense com poder continue a querer aquela miséria de passivo urbano e ambiental, em vez de permitir à Câmara de Aveiro investir lá muitos milhões, também em obras tecnicamente exigentes como diria o Pires da Rosa, arriscadas, mas que iriam dar àquela península urbana no meio da Ria uma atractividade importantíssima. Que a Administração do Porto de Aveiro e o Senhor Ministro da Infraestruturas permita à Câmara de Aveiro aquilo que o mesmo Ministro e a APDL em Lisboa está a permitir, num investimento altamente arrojado financeiramente e em termos de engenharia, a ser feito pela Câmara Municipal de Lisboa, ali em pleno Terreiro do Paço. Muito obrigado."

(Entretanto saiu da sala a segunda secretária Daniela Marisa Pereira de Magalhães.)

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰³⁵ o Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de concurso público de Requalificação do Largo do Rossio e Praça General Humberto Delgado, em Aveiro, e Concessão do serviço público de estacionamento em parques de estacionamento subterrâneos, sendo aprovada por maioria, com vinte um votos a favor (PSD13+CDS6+IND1+PS1), zero abstenções, e treze votos contra (PS9+BE2+PCP1+PAN1).

Seguiram-se as declarações de voto.

Vogal Rita Batista (BE):⁰³⁶

"O Bloco de Esquerda votou contra esta proposta primeiro porque consideramos que é um erro político, um erro socialmente no momento actual, representa um erro de mobilidade e por ultimo dizer que ficaram por esclarecer itens desta empreitada como o valor de 38 mil euros por lugar, assim como os 2 milhões para adiantar a obra em dois meses. Ou ainda o porquê de uma proposta que não entra em 22 minutos, mas que depois se transforma numa outra proposta por 1.2 milhões.

E esta votação que foi aqui feita hoje, além do Senhor Presidente e do seu executivo, tem a corresponsabilidade do PSD e do CDS em aprovar um buraco de 12 milhões de euros de profundidade."

Vogal Pedro Rodrigues (PAN):⁰³⁷

"Portanto a intervenção do PAN é sua declaração de voto."

Vogal Pires da Rosa (PS):⁰³⁸

"O vogal solicitou à Mesa que a sua intervenção era a sua declaração de voto."

Vogal Jorge Gonçalves (PS):⁰³⁸

"O vogal solicitou à Mesa que a sua intervenção era a sua declaração de voto."

Ponto 3 – Análise e debate sobre o documento “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” no quadro do Plano de Recuperação Europeu e do Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027 aprovado pelo Conselho Europeu a 21JUL20.

(O documentos sobre o assunto em epígrafe, foram distribuídos a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta acta).

Continuando, o Presidente da Mesa deu a palavra⁰³⁹ ao Presidente da Câmara, para fazer a apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁰

"Senhor Presidente muito obrigado. Esta minha intervenção visa, enfim, exortar todos para este momento que o país e a europa vive. Temos uma crise económica grave e ninguém de uma forma forma credível consegue desenhar até que ponto se pode agravar, porque obviamente a evolução da pandemia tem as interrogações que todos temos consciência. Mas obviamente é preciso meter mãos para o regresso ao crescimento económico tapando o buraco no produto interno bruto que Portugal já está a sofrer e que todos os países europeus e o mundo em geral estão a sofrer também com todas as incidências que esta matéria tem obviamente para a vida de todos nós.

Portanto este é um exercício que é tremendamente difícil e fomos todos assistindo globalmente à dificuldade que foi o encontro de posições para que os 27 estados membros da união europeia chegassem ao tal acordo do Conselho Europeia no dia 20 de Junho, ultimo dia do Conselho em que se fechou o acordo, mas é bom lembrar que a discussão não foi naqueles quatro dias. A União Europeia anda a discutir o quadro financeiro plurianual, portanto sem a problemática do Covid há quase 4 anos. Um processo difícilimo na União, tão difícil que nunca se conseguiu o acordo e com posições radicalmente diferentes. Com propostas boas ainda da Comissão Juncker, com posições sempre muito estremadas dos frugais com o apoio sempre do Parlamento, e também bem do outro lado o Conselho Europeu, com a liderança de um conjunto pequeno de países europeus que entendem chega de estarem a alimentar países que não governam bem e que não sabem gerir o estado. E depois obviamente são conhecidas depois aquelas frases excessivas e marginais, nomeadamente dos responsáveis pela governação da Holanda.

E a mim até me choca ouvir gente do Bloco de Esquerda a citar a Holanda como grande exemplo no que quer que seja. Enfim, a Holanda na sua história tem de facto conquistas brutais, mas andou sempre no mar a roubar os portugueses e os espanhóis que trabalhavam arduamente para trazer riqueza ao reino e depois eram apanhados pelos Holandeses que andam no mar a roubar. Portanto ouvir hoje estas delicias intelectuais é muito interessante. Olhem eu continuo a preferir o modelo dos Estados Unidos mil vezes, gerido pelo Barack Obama ou gerido pelo Trump, do que o modelo Holandês. Mas mais, o que está em causa hoje é uma coisa muito difícil de gerir. A Alemanha precisa de alguma coisa de Portugal?

Os tais países frugais (sendo que a palavra certa de tradução para português é de forretas), aquele quarteto liderado pela Holanda, depois seguido por outros motivos pela Polónia e pela Hungria, que apenas queriam mais dinheiro e exclusão de algumas práticas menos democráticas, assim acham os restantes países. Mas a questão é de facto de uma solidariedade objectiva. Porque a Holanda não precisa de Portugal para nada. E muito menos a Alemanha. Estou a falar obviamente das suas dimensões económicas, mas há outras dimensões na vida dos países e que tem a ver com interesses de uma Europa coesa, uma, que é muito útil para a Alemanha porque é a economia mais poderosa, ou para a Holanda que é a economia mais artilosa que a Europa tem. Pois sendo um país tão pequeno tem uma estratégia há décadas de operador económico de grande importância no mundo. E portanto são estes os valores da solidariedade, da coesão territorial, da aposta do desenvolvimento económico coeso para impedir as tensões que possam voltar a dar uma guerra. Enfim, estes são valores da união europeia. Que achamos em várias fases foram muito de ser muito financeira, mas a sua génese não tem a ver com isso.

Claro que o pilar financeiro é muito importante, mas existem pilares doutra natureza. Portanto dizer que este acordo é de uma grande importância mas foi radicalmente difícil conseguir. E sabem uma coisa, da minha opinião como observador, talvez um bocadinho mais atento por estar nos debates e na influência política que o Comité das Regiões faz, olhem eu acho que havia um risco grande se não tivéssemos o Covid de termos uma crise que não vou dizer que poderia ser o fim da União Europeia, mas de um dramatismo gravíssimo. De facto, sem Covid, a probabilidade de não existir um acordo para o quadro financeiro plurianual de 2021/2027 continuava a ser muito alto. O grande patrocinador deste acordo foi o Covid. É triste mas é a verdade.

E que é que ele trouxe adicionalmente? Ele trouxe o tal plano de repartição europeu que é um pacote extraordinário que se põe ao lado de um quadro de Europa 20/20 que está a entrar no três anos de prolongamento. E antes do quadro financeiro de 2021/2027 que formalmente entra em vigor em Janeiro de 27, manda a infeliz tradição europeia de sempre demora até três anos para entrar operacionalmente em vigor formal.

Portanto é essa oportunidade importante na dimensão financeira. Importante nos objectivos que traçou. Portugal tem mesmo de discutir como é que aproveita. O Governo como sabem encomendou um estudo que eu acho que foi uma boa decisão, a uma pessoa credível, competente. Se bem que acho um bocado complexo por ser excessivamente centralistas. Quem lê o documento tem excesso de Lisboa, na minha opinião. Embora ache ser um excelente documento. Com algumas omissões, com erros, com discordâncias, mas não tira a minha análise global de ser um excelente documento. Com essa nota. Temos o documento em discussão pública até o dia 21 de Agosto. É agora porque o cronograma que os primeiros-ministros assumiram no Conselho europeu é apertadíssimo. E portanto é agora porque depois o governo tem até outubro para fechar o plano a apresentar em Bruxelas e depois conseguir obviamente negocia-lo e fechá-lo com a Comissão. E por causa dos forretas ainda de ir ao Conselho Europeu para ter o visto de todos os estados membros. Portanto este documento é muito importante. Se tivesse um quadro financeiro agregado eventualmente necessitaríamos do dobro dos 55 mil milhões que vamos ter nos sete anos próximos. Mas obviamente ele é apenas um plano com uma visão estratégica que tem de ser discutida e depois em cima dela o Governo, que pressuponho quererá levar o Plano à propria Assembleia da República, o normal num processo desta importância para obviamente procurar o mais alargado consenso nacional possível, para que a carta que vamos pôr em cima do Conselho Europeu seja uma carta pesada.

Esperemos que a luta do parlamento europeu, que é uma luta boa, não estrague. E eu julgo que não vai estragar porque ela está no bom sentido. No sentido da proposta da Comissão. E portanto foi neste quadro que propus ao Senhor Presidente da Assembleia que

agendássemos este ponto para podermos ter aqui a discussão que entendermos ter. Mas mais do que isso também contribuirmos para isto. Nós decidimos no Conselho Intermunicipal da Região de Aveiro decidimos participar, entendemos que não faz muito sentido participar à escala de município, é necessário uma escala maior para uma discussão desta natureza e, portanto, a nossa decisão é a participação com a escala da Comunidade intermunicipal da Região de Aveiro, mas obviamente temos aí dupla responsabilidade. Somos membros e lideramos. E portanto deixar aqui toda a minha atenção para que o nosso contributo possa ele próprio ser enriquecido com o debate de hoje e com todos aqueles que possam surgir até fecharmos a nossa proposta, sabendo que o trabalho vai continuar.

Nada fecha no dia 21 de agosto. É uma etapa importante onde queremos dizer presente, mas vai haver seguramente muitas outras etapas que é necessário ir preparando, é preciso ir lutando para nos colocarmos bem para conquistarmos capacidade adicional neste quadro bom que está em cima da nossa mesa. E portanto foi por este conjunto de motivos que propus este agendamento e que agradeço mais uma vez ao nosso presidente e obviamente desafiar-vos a todos e exortar-vos a reflectir em conjunto e contribuirmos para este momento tão importante, tão difícil, tão complexo, de Portugal e da nossa Europa, mas tão importante para amanhã seguramente, para depois de amanhã, e para daqui a cinco, a dez, a quinze, sairmos bem disto. E mudarmos estruturalmente algumas questões importantes no nosso país e na nossa União Europeia. Muito obrigado."

(Entretanto reentrou na sala a segunda secretária Daniela Marisa Pereira de Magalhães.)

Membros da Assembleia

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰⁴²

"Obrigado Senhor Presidente. Tentar debater este Plano Estratégico Nacional para os próximos anos é algo um bocadinho estranho dada a realidade actual.

No entanto o que vem no documento, a competitividade será sempre um aspecto estratégico, e nomeadamente a aposta na ferrovia. O Ministro das infraestruturas fez o favor de lembrar que não há investimento na ferrovia há bastante tempo, felizmente lembrou-se agora devido ao Covid, esperemos que aproveitemos estas verbas para reforçar a linha do norte, aproveitar a relançar a linha para Viseu e eventualmente uma ligação Aveiro/Espanha que passe nessa linha.

Outra estratégia de competitividade nas grandes empresas diz-se sempre que o maior capital existente são as pessoas. Talvez fosse também um dos principais aspectos a contribuir.

Fazer mais investimento na Educação, na Formação, não só de jovens mas também nas pessoas a quem a realidade já mudou tanto nos últimos anos.

E já agora uma questão de métricas. Portugal sofre por defeito de uma incapacidade de prever de avaliar de parte do país. Isso interfere também a nível europeu. A ideia era definir métricas para tentar aproximar o Litoral do Interior e evitar esta dicotomia e essas diferenças que existem

Aproveitar também para esta periferia essas métricas para que fossem aplicadas em relação ao centro da Europa. Isto é, tentar que Portugal conseguisse estar mais perto por exemplo da Holanda onde não tivesse de depender tanto do transporte marítimo. Disse."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

"Senhor Presidente, Senhores deputados e demais presentes. Eu não resisto a não fazer aqui uma nota de apreciação áquilo que o Senhor Presidente de Câmara disse a propósito do fundo de recuperação e da sua constituição e do papel da união europeia e da Alemanha. Ao contrário da perspectiva do Senhor Presidente de Câmara a realidade é que a EU foi fundada a partir da comunidade do carvão e do aço. Portanto não foram propriamente questões altruístas, foram questões económicas que foram fundado o projecto europeu. Com considerações cada vez mais bonitas e embelezadas recorrendo à Ode à Alegria de Beethoven e por ai fora. Mas a verdade é que o processo de integração europeia tem saído muito caro a muitos povos da europa, especialmente ao povo português.

Quando o Senhor Presidente de Câmara questiona por que é que a Alemanha precisa de Portugal, vale a pena recordar que a Alemanha precisou de Portugal para criar um mercado único no qual aqui consegue escoar os seus produtos e onde recorre a mão-de-obra portuguesa para grandes empresas como Siemens, a Bosch, a Continental, Auto Europa, enfim, entre outras que aqui se serve da nossa mão-de-obra barata. Ou da que a Alemanha se serve dos nossos jovens, das suas capacidades produtivas e intelectuais e de formação, que depois do investimento pelo estado português são drenados para as empresas alemãs.

Sobre o Fundo de Recuperação vale a pena dizer que a "bazuca" acabou por se não revelar como tal e bem pelo contrário demonstrou aquilo que são as desigualdades e os interesses dos integrantes da união europeia. As disputas entre países, as rivalidades regionais, a absorção de uns por outros. Entre aquilo que foi a proposta da Comissão em Abril e aquilo que foi a versão depois aprovada, aumento substancialmente aquilo que são as parcelas dos empréstimos, que iremos pagar mais tarde com língua-de-palmo seguramente e diminuiu aquilo que eram as subvenções, portanto prejudicando aquilo que era a solidariedade dos países.

E vale aqui a pena recordar que esta pandemia revelou sobre a qualidade da solidariedade, quando em fevereiro a Itália e a Espanha precisavam de apoio sanitário e aquilo que encontraram foi fronteiras fechadas, proibições de exportações de material de EPI, essa foi a "união" que os povos da europa conheceram.

Mas em relação ao tema e ao ponto especificamente sobre o fundo de recuperação. Para o PCP o documento identifica de facto algumas questões objectivas. Mas mantém pressupostos e opções que têm impedido o desenvolvimento nacional e estão na base da desigualdades e injustiças que foram agravadas pela pandemia.

O recurso a uma personalidade exterior ao governo é também revelador daquilo que é apenas um caracter episódico, casuístico, utilizando o calão, o mais esperto, para uma solução politica que de facto transcende muito mais a esperteza de circunstância.

Importa saber sobre este documento quais são os objectivos? Se é para aumentar a produção de riqueza, esta deve ser distribuída. E urge também combater as desigualdades entre o trabalho e capital.

A industrialização e a modernização do tecido produtivo devem ter como pressuposto o controle nacional e a substituição das importações.

Há questões que se colocam que este documento não dá resposta. Se as explorações de recursos naturais se integram numa estratégia de soberania ou se é apenas a depredação dos recursos nacionais. Exemplo a mineração do Lítio e do Hidrogénio.

Se a dinamização da economia visa fortalecer o aparelho produtivo e a criação de emprego com direitos ou apenas visa drenar milhões de euros em fundos para os grandes económicos e multinacionais.

O Plano é ainda omissivo sobre a valorização dos trabalhadores e dos salários e direitos. Mantém os instrumentos essenciais do neoliberalismo. Ignora estrangulamentos impostos por ausência de soberania monetária do país, das questões da dívida pública insustentável. São 7 mil milhões de euros anuais só de juros que são drenados do país. Não tem orientação para combater a dívida. Assume o Estado como "facilitador" dos grandes grupos económicos entendidos como motores da economia nacional. É omissivo da estrutura monopolista de sectores não transacionáveis de domínio de capital estrangeiro, em sectores estratégicos como a banca, a energia, os correios, os aeroportos, os portos, os cimentos, os seguros, habitação e por aí fora.

O Plano de Recuperação quando passa dos enunciados para a acção aquilo que se vê é que permite uma concentração maior de capital como projecto e a transferência dos fundos para o capital privado e no essencial assume aquilo que são os eixos daquilo que tem sido as políticas de direita que tem colocado o país no estado em que está. Situação que ainda é agravada, dinamizada, agora neste contexto de pandemia.

O Plano que o país precisa deve ser de ruptura com o passado. Longe dos critérios ditados pelas grandes potências da união europeia e decisões dos países frugais, que no essencial apenas assumem os interesses e as dores dos grandes grupos multinacionais.

O país precisa de um programa que valorize aquilo que é a soberania nacional e que fique apenas submetido ao desenvolvimento do país e não esteja submetido a estrangulamentos e imposições de terceiros, sejam eles quais forem."

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰⁴⁴

"Muito obrigado Senhor Presidente. Nós não podemos acompanhar aquilo que disse o senhor presidente. De facto os países do norte da europa beneficiam muitíssimo que esta integração e desenvolvimento desigual que existe entre os estados membros. Através do dumping social, através do dumping fiscal, etc. O estado social holandês é também pago com impostos e com riqueza de empresas que são produzidos aqui em Portugal e essa realidade tem de ser combatida.

E recentrando o debate naquilo que nos traz aqui hoje que é como responder à crise social e económica que o Covid impõe, na consideração do Bloco de Esquerda essa resposta tem de passar necessariamente pela criação de mecanismos que protejam os rendimentos do trabalho e defendam os direitos dos trabalhadores e isso está omissivo no documento de Costa e Silva, mas ele disse-o na apresentação do documento. Na pergunta que lhe foi colocada de como podíamos qualificar a economia portuguesa, uma das coisas que ele disse foi que se tinha de acabar com a precariedade. Isto é o que o Bloco anda a dizer à décadas. Que a precariedade é um obstáculo ao desenvolvimento do país. Que a desvalorização do trabalho e os cortes e ataques ao rendimento do trabalho são um obstáculo ao desenvolvimento do país.

Outra coisa importante é a valorização e o reforço financeiro e o investimento nos serviços públicos, como seja a escola pública e o SNS.

O Senhor Presidente disse que preferia o modelo estado-unidense ao modelo holandês, nós não podemos discordar mais. Veja o que está a ser a resposta neste momento à pandemia nos Estados Unidos, muito também por negação da ciência, mas também porque é um país que não tem um serviço nacional de saúde como nós temos em Portugal. E se há coisa que nós ficámos a saber com a resposta à pandemia é que o SNS e os seus profissionais foram essenciais na resposta que o país precisava. O que seria de Portugal se não tivesse o SNS.

Portanto valorização e investimento nos serviços públicos é essencial na resposta à crise.

Nós não podemos repetir os erros daquilo que foi o falhanço total da resposta preconizada pela troika e pelo governo de Passos Coelho. Foi um projecto de redistribuição de

rendimentos do trabalho para o capital e foi uma tragédia social que empobreceu o país. E essa resposta dada em 2015, foi possível mostrar que havia uma alternativa que passava pela valorização dos rendimentos das famílias, pela valorização do trabalho, obviamente não na extensão que o Bloco de esquerda preconiza, mas foi possível demonstrar que havia uma alternativa. E portanto nós temos de evitar ao máximo repetir os erros da austeridade e da venda de empresas, que infelizmente teve muitos apoiantes aqui nesta assembleia. É preciso lembrar isso. E há gente nesta assembleia que defende o regresso dessa receita.

Foi uma receita que destruiu a capacidade produtiva do país, destruiu vidas e felizmente em 2015 foi possível travar essa tragédia social. E o Bloco de Esquerda foi essencial nessa resposta.

Outra coisa que queríamos referir e que está no documento é a consideração que faz sobre os transportes públicos no Âmbito das cidades médias onde até inclui Aveiro.

Basicamente o que o documento diz e que acompanhamos é que é preciso aumentar a oferta de transportes públicos porque isso vai trazer uma redução do transporte individual e à descarbonização da economia e portanto isto é um investimento que é necessário fazer.

Pois bem, mas o que nós vemos em Aveiro é precisamente o contrário da recomendação. Vimos o desinvestimento feito nos transportes colectivos que consubstanciou a entrega a privados dessa ferramenta de mobilidade, que resultou num corte brutal na oferta, num aumento dos preços, a população sofreu com essa opção, e o município perdeu na sua capacidade de planeamento, na sua capacidade de pensar e de projectar o futuro sustentável, também perdeu com a perda dessa ferramenta de definição de políticas públicas na mobilidade. E portanto nós não poderíamos lamentar mais essa decisão.

E portanto nós também consideramos que é tempo de mudar o rumo e trazer de novo os transportes públicos para a esfera pública e pensar numa solução intermunicipal de transportes colectivos. Isso vai ser um pilar essencial para o futuro e a resposta à crise tem de passar também por essa valorização do serviço público.

Outra questão que nós queremos trazer é a necessidade de reconverter a economia para fazer face às alterações climáticas. Isto também é essencial ao futuro. E para sairmos da crise nós temos de fazer um programa massivo das economias e temos de abandonar o sistema económico vigente que assenta na exploração do trabalho e da exploração da natureza e pensar em alternativas ao capitalismo. Isso é essencial se nós queremos pensar seriamente no futuro. E se há coisa que o Covid mostrou foi a falência do modelo neoliberal não garantir os mínimos à população. E essa falência não é só uma falência económica, não é só uma falência política, mas é também uma falência desse consenso que o modelo tem na população. E a falha desse consenso pode trazer problemas políticos muito graves que podem até ameaçar a democracia.

E nessa perspectiva de valorização de alternativas o município de Aveiro tem no seu território um instrumento absolutamente essencial de combate às alterações climáticas que é a Ria de Aveiro. O que nós sabemos, pela ciência, é que habitat como a Ria de Aveiro, as pradarias marinhas, os sapais, são os elementos mais potentes na captação de carbono do que as florestas.

Portanto é necessário valorizar a Ria, valorizar a Ria não só na sua componente patrimonial mas também na sua componente de instrumento para fazer face às alterações climáticas. E infelizmente nessa linha de pensamento nós também não podemos acompanhar aquilo que têm sido as decisões da Câmara de desvalorizar a Ria, de retirar áreas da Ria da protecção para a entregar a privados e deixar assim de ser área protegida. E isso é um sinal errado que se está a dar e obviamente também não acompanhamos essa ideia de peregrina de substituir o estacionamento no Rossio com um silo-auto num habitat como a Ria seria um erro fenomenal e obviamente nós não podemos acompanhar essa opção. Obrigado."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰⁴⁵

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Caros colegas, também gostava de dar duas achegas para o debate.

Primeira achega que queria dizer é que a crise, mas antes pegar nas palavras do Senhor Presidente da Câmara quando disse que os Holandeses foram uns piratas. Eu digo não foram. São ainda hoje. Vasta só olhar onde estão sediadas quase a totalidade das sedes das grandes empresas portuguesas nomeadamente as que pertencem ao PSI20.

Mas enquanto não houver uma política fiscal europeia aplicável em todos os países, enquanto não se seguirem os caminhos do federalismo europeu, nós não conseguimos sair de onde estamos.

A segundo nota é que já toda a gente anda a pensar o que se fazer a essas toneladas de dinheiro que vem aí. Parece que vem em camiões e não sei quantos mais.

Pois eu gostaria de adaptando os termos de um grande investidor e economista, gostaria de dar um conselho adaptável "o governo deve colocar o dinheiro onde está a boca das populações". Porque a crise é muito mais profunda e vai ter consequências muito maiores do que aquilo aparentemente as pessoas actualmente julgam.

Temos de fazer com que Portugal deixe de ser um país especializado em andar com o prato na mão e a servir bicas aos estrangeiros. Esse é o grande passo em frente que devemos dar com estes dinheiros.

De facto, para acabar, gostaria de comentar ironicamente o documento que aqui temos feito pelo Costa e Silva. O Costa e Silva faz-me lembrar o vinho "Esteva" tinto. Eu sei que é bom. Todos dizem maravilhas do Esteva tinto. Mas eu não gosto. Disse, Senhor Presidente."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰⁴⁶

"Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente a este assunto eu limitei-me a tomar aqui umas notas, isto é a minha opinião, e com os "camiões" de dinheiro que hão-de vir, era bom que se fizesse em Portugal obviamente investimento público, coisas em que o Estado não pode ser substituído, mas também não esquecer o investimento privado pois é disso que a economia vive, ao contrário do que alguns julgam dos privados. Os privados é que produzem, é que pagam impostos, para que o público exista.

Um enfoque grande nas novas tecnologias, investigação e desenvolvimento, naturalmente em empresas e nas academias, mas com projectos que possam vir a serem rentáveis. Porque é preciso depois que as coisas funcionem e deixemos de ser aquilo que é usual que ao fim de não sei quantos planos de reestruturação e de pensadores, a dívida continua a aumentar.

É preciso que haja um foco na realidade empresarial portuguesa. Não é em Lisboa onde estão as sedes das grandes empresas, naqueles prédios muito bonitos, isso é apenas uma parte da realidade portuguesa. Venham a Aveiro, venha a Viseu, venham para Freixo de espada à Cinta, porque essa é a realidade portuguesa. E é preciso pensar como é que essa realidade das empresas pode melhorar.

É preciso menos Lisboa. Muito menos Lisboa do que se prevê. É preciso muito mais "província" como muitos gostam de dizer. Eu sou provinciano e não me importo absolutamente nada. É preciso é que a província também beneficie do investimento, das infraestruturas, para que não tenhamos que ir para Lisboa para assinar um papel que demora um dia inteiro. Espero que o Covid tenha ensinado algumas coisas.

É preciso menos burocracia. Muito menos burocracia no Estado Central, nas empresas públicas. O Estado não pode estar um ano ou mais para responder a um cidadão. Há casos desses, eu tenho-os. Manda-se uma carta para um serviço público, como por exemplo a

segurança social, e passa um ano e resposta zero. Isto é inadmissível. Isto é não produtividade. Nós precisamos que o estado produza. Se isto fosse uma empresa privada com certeza que o cliente não queria saber mais daquela empresa. Mas como no caso a segurança social é única e nós precisamos dela, está tudo bem e não há problema nenhum. São precisas obras estruturais, sem dúvida. Algumas. Na Saúde o nosso Hospital. Esperemos que venha lá um camião dos mais pequenos reservado para o nosso Hospital e desta vez a coisa se realize. Mas não é só em Aveiro há mais hospitais de que se fala e se são precisos que se façam.

Algumas vias de comunicação que ainda faltam. Certamente. Eu acho que apesar da população do interior ser muito reduzida não faz sentido no país não haver ligações em auto-estrada as todas capitais de distrito do país. Acho que essa lacuna deve ser suprida. E as ligações ferroviárias repostas, na medida do possível aproveitando o que está feito ou abandonado e onde for necessário fazer de novo.

A tal questão da alta velocidade ou velocidade alta, se é verdade que irão ser proibidos por questões ambientais os trajectos de avião inferiores a 600 quilómetros, tem de haver alternativa e a alternativa passa por comboios de alta velocidade. Mas é de alta velocidade, não é como o nosso pendular passados estes 23 anos continua a andar devagarinho, e apenas nalguns sítios pode ir à velocidade que pode atingir. No entanto gastou-se o imenso dinheiro a fazer a recuperação na linha do norte. Ai sim houve erros de projecto. No interessa qual foi o governo, nem faço a mais pequena ideia, mas sempre ouvi dizer que os comboios pendulares não se podem cruzar em curva à velocidade que eles podem dar porque a distância entre eles não permite. Ora isso é um erro de projecto. Agora com a idade que têm já não dá continuar a investir neles.

A questão da ligação às redes transeuropeias e a ligação aos portos. Dizem que têm o problema resolvido, mas é preciso lembrar que há portos a norte, há portos no centro, e há a famosa linha Aveiro/Viseu/Vilar Formoso/Salamanca e não aquela coisa que andam para ai inventar que é aquela coisa Aveiro/Pampilhosa com a deslocação para cima e para baixo, parece aquela situação de quem queria ir a Bilbau com a TAP tinha de ir apanhar a Lisboa porque os gestores de Lisboa não queriam fazer uma escala no Porto e tinham de se ir a Lisboa para ir a Bilbau.

Se calhar esta questão das linhas que devemos ter para nos ligar à europa é importante e tem de vir à baila novamente.

O reforço da actividade portuária através da melhoria das infraestruturas existentes. Todos os portos nacionais têm capacidade para evoluírem e têm área para evoluir. Os que não estão nos centros das cidades.

E acho que esta é a oportunidade que ninguém pode perder. Há que pôr mãos à obra. Há que ter colaboração entre o Poder Central e as Autarquias. E ter que perceber que a situação económica é muito difícil. Que o que aí vem não é fácil. Ninguém sabe ainda a dimensão daquilo que vamos atingir e, portanto, temos de arriscar tudo e fazer bem para aproveitar estes recursos, ao contrário daquilo que aconteceu muitas vezes no passado. Disse."

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[047](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Sobre este ponto da agenda eu confesso que tenho algumas reservas da sua utilidade. Aliás o Senhor Presidente da Câmara acabou por referir que seria o Conselho da CIRA, portanto um órgão executivo, que iria fazer um rapport relativamente a este documento. Mas eu penso que todos nós convergimos e isso é subscrito por todos, pelo debate das políticas públicas em Portugal é por demasiadas vezes superficial, marcado pelo imediatismo e centrado em temas de curto prazo. Este documento

tem o mérito de se constituir um documento enquadrador de prioridades. Prioridades essas que têm necessariamente de ser consciencializadas atendendo ao espaço temporal em que elas pretendem ser implementadas. E portanto não podem ser opções do partido A conjunturalmente no poder. Tem de ser apostas nacionais e, portanto, elas têm de ser discutidas e validas consencionalmente. Unanimidade não há. O documento aliás, o elenco de medidas tem considerações de natureza política que não tem condições susceptíveis de serem sufragados por todos. Eu subscrevê-las-ia mas compreendo que refere ser um erro estratégico a aposta no neoliberalismo, eu subscrevo isto, mas admito que haja quem não subscreva. E portanto não é esta a componente que importa densificar.

Agora, se também partilho das considerações do Senhor Presidente da Câmara de que à escala municipal é duvidoso a utilidade de debates destes, sobre pena de cada um de nós vir aqui e gasta o tempo e debita considerações da mais variada natureza.

No caso específico de Aveiro (Aveiro Região), Aveiro vem referido em três momentos deste documento. Eu acho e é uma recomendação que deixo, para além destas três referências há muitas outras onde Aveiro deve constar. Traço lateral, quando há uma aposta numa universidade atlântica, certo que ela é feita com referência à capacidade instalada, eu acho que Aveiro não pode deixar de reivindicar um papel determinante no que tem a ver com o saber do mar. Mas concretizando, há referência a Aveiro nos transportes colectivos, foi aqui falado. Aveiro deve densificar um rol de intenções que é referido no papel dos seus transportes colectivos. O papel do Porto de Aveiro. O papel do Porto de Aveiro é de facto fundamental, mas é bom que fique preto no branco o que é que o Porto de Aveiro precisa. E finalmente Aveiro enquanto cluster tecnológico.

Estas medidas devem ser densificadas pela CIRA pois é o órgão adequado para o fazer. E fá-lo-á seguramente em nome de todos os municípios que a compõem. Até 21 de Agosto como foi referido está a decorrer um período de recolha de contributos para o documento. Todos os Partidos são bem-vindos a discuti-lo. O meu próprio Partido no que respeita a Aveiro brevemente promoverá um colóquio relativamente à explanação dos propósitos deste Plano. E portanto concluiria referindo que será útil que Portugal de uma forma estruturada saiba elencar as suas prioridades, porquanto já conciliou os méritos no que diz respeito ao acordo conseguido no quadro financeiro plurianual e fundo de recuperação, era bom que a sua concretização prática o pudesse fazer também.

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰⁴⁸

"Muito obrigado Senhor Presidente. Este é um assunto que é em minha opinião muito útil trazermos aqui à discussão porque isto obviamente tem impacto sobre o município e sobre aquilo que vai ser o futuro e o desenvolvimento da cidade para além daquilo que já está a acontecer.

A situação que todos vivemos é uma situação com um nível de incógnitas muito grande, nessa ameaça concreta da pandemia. Todos sabemos disto, todos estamos conscientes disso, quando se fala da segunda vaga que já está a assolar alguns países europeus.

E portanto as incógnitas são mais que muitas. E o que me parece a mim, é uma opinião pessoa, é que eventualmente podemos estar aqui num processo de uma avalanche que começou a descer a montanha mas que está no seu início e que vai trazer uma crise económica e social de dimensões que ninguém consegue prever.

E este é o ponto de partida. É a situação em que nos encontramos. Portanto um documento de reflexão estratégica sobre o desenvolvimento do país é acertado. É correcto. E temos que o fazer. E portanto acho muito bem que o assunto tenha sido aqui trazido à Assembleia Municipal.

Eu li parte do documento, confesso que não o li todo, mas tenho sempre no final destas coisas alguma reserva e passo a partilhar convosco a reserva relativamente ao documento. A reflexão como já foi dito está demasiado centrada em Lisboa. Mas no seu cômputo global é uma reflexão interessante, positiva, e tem linhas de estratégia de desenvolvimento que tem de ser olhados com atenção e que depois tem de ser executadas e aplicadas. O meu cepticismo que a curva de aprendizagem que a vida me vai dando, ponho as minhas reservas. Que é a capacidade de que nós encontrarmos em cada um de nós, seja no privado seja ao nível de organismos de gestão pública local, seja nacional, de se aproveitar esta oportunidade de ouro e fazer as reformas devidas para que nós consigamos captar estes fundos e aplica-los de uma forma reprodutiva e com isto ajudarmos a passar por uma crise pandémica e económica e social, da qual nós temos dívidas como é que vai ser no futuro.

E é aqui que eu gostava de dirigir uma pergunta ao Presidente da Câmara de Aveiro. Que é, o ponto de partida em relação à autarquia para a sua capacidade de captação destes fundos e execução de obra e poder dar esse impulso económico, que obviamente é importante para a cidade e para os agentes privados, tal como foi aqui referido, eu em relação à autarquia, como foi dito na última sessão, as contas estão globalmente muito boas. Isso foi afirmado aqui pelo PCP nesta Câmara.

E portanto isso é um ponto de partida que em termos autárquicos cria aqui um potencial imenso para poder ser eficaz nesta captação de fundos e fazer os investimentos estratégicos para o desenvolvimento do município.

Já quanto ao país, o governo central, eu fico bastante preocupado. Eu vou dar-vos uns indicadores, aliás um assunto que eu trago sempre à baila, há dois dias no Jornal de Negócios um artigo muito interessante, que dizia "ainda acreditamos que o dinheiro vem do multibanco". E há muita gente nesta assembleia, fruto das suas declarações e das suas intervenções aqui, que claramente continuam a acreditar que o dinheiro vem do multibanco, eu olho para isto e dou-vos um indicador para que vocês percebam a gravidade do momento em que estamos a viver. Nomeadamente o Governo deste país a dificuldade que está a ter.

Em 2019 a 31 de dezembro o PIB português era de 212 mil milhões de euros. Eu estou convencido de uma forma até conservadora que a quebra do nosso PIB vai ser superior a 10%. Eu acho que será mais. O PIB é o valor de riqueza que o país produz. O nosso PIB caiu para 190 mil milhões de euros.

A nossa dívida pública a 31 de dezembro de 2019 era de 250 mil milhões de euros números arredondados. Dados do Banco de Portugal de final de Maio a dívida pública portuguesa era de 264 mil milhões de euros.

Reparem o Mário Centeno achava que iria acabar o ano com uma quebra na dívida em valor nominal de 600 milhões de euros. Acabou o ano com mais 600 milhões. E portanto continuamos nesta senda de sempre a crescer a dívida.

Agora vejam a dificuldade do Governo Português, em que nem sequer estamos nesta fase de captação de fundos, porque tem de haver uma componente que é do próprio Estado, porque vem de lá dinheiro a fundo perdido, mas depois há a necessidade de compartição do Orçamento do Estado para executar esses fundos e fazer projectos.

Agora vocês vejam, que em cinco meses nós aumentámos a dívida pública, enquanto no ano passado aumentámos 600 milhões, nestes meses aumentámos 14 mil milhões!?

Eu vou dizer uma coisa. Nós estamos aqui há três horas a dívida da administração pública aumento 12 milhões de euros. E portanto isto para dizer que o dinheiro não vem do multibanco. E quando falo que estamos aqui há três horas e aumentamos a dívida em 12 milhões de euros, meus amigos alguém vai ter de pagar. E sabem quem é que vai pagar se nós não tivermos muito juízo? Pois é, são os nossos filhos, os nossos netos, que vão ficar com um fardo em cima que eles não têm responsabilidade porque não escolheram esse

fardo. Mas esse fardo existe por uma razão. É que não há rigor nem planeamento na gestão da coisa pública.

Eu vou dizer-vos o seguinte. Na parte dos privados, duas empresas que produzam o mesmo produto e são competidoras, se uma se portar mal e começar a pagar salários à administração gigantescos e a esbanjar e a criar gorduras, o mercado trata de limpá-la do sistema. Porque não havendo vantagem competitiva na venda do mesmo produto o mercado acaba por limpá-la. Na questão da gestão da coisa pública isso é muito mais complicado. É efectivamente mais complicado. E portanto isto para dizer o quê, para concluir, a responsabilidade é gigantesca, o trabalho é hercúleo para todos, seja privado seja público, mas há aqui mecanismos de regulação que no privado funcionam no mercado livre e aberto e na questão pública é muito mais difícil. Portanto aquilo que foi o desempenho económico e financeiro da Câmara de Aveiro coloca-a num ponto de partida muito interessante para a captação destes fundos, não vejo da mesma forma ao nível do Governo Central. Para concluir a pergunta directa. Sob que forma é que isto pode influenciar a nossa performance para a captação e desenvolvimento do município. Disse."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[050](#)

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu como concluída a apreciação do Ponto 3 – Análise e debate sobre o documento “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” no quadro do Plano de Recuperação Europeu e do Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027 aprovado pelo Conselho Europeu a 21JUL20.

Continuando informou o plenário da presença de munícipes inscritos que desejam intervir no período regimental de intervenção do público e solicitou autorização[051](#) para prosseguir os trabalhos além da meia noite, não se verificando qualquer objeção.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usaram da palavra os seguintes munícipes:

Munícipe David Iguaz[052](#)

Assunto: Novo concurso público do Rossio e concessão do parque de estacionamento.

Munícipe José Nuno Guerra[053](#)

Assunto: Projecto do Rossio e Ponte Praça.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[055](#)

"Senhor Presidente, cumprimentar o Davis Iguaz e o Nuno Guerra. Enfim, há uma coisa que eu acho que é importante nisto. É mantermos a elegância. E não vale a pena David de você andar a desvirtuar as minhas palavras. Você tem uma fixação em mim. Portanto é uma doença. Escreve no Diário de Aveiro sobre tudo, sobre árvores, sobre arqueologia, sobre o Robim-dos-bosques, sobre tudo. Eu leio os seus artigos todos, com todo o respeito, mas pronto. Eu tenho mais um processo, fui ontem notificado por mais um processo. Lá vou eu agora para o Ministério Público para a semana, por mais uma queixa do David Iguaz.

Pronto. Temos três processos em Tribunal, é um inferno, mas pronto é a democracia, quer dizer.

Eu sou presidente da câmara, temos uma maioria clara na Câmara e na Assembleia Municipal, governamos, temos de tomar decisões. Vocês são dois cidadãos (eu julgo que vocês sabem o numero de sócios formais da associação Juntos Pelo Rossio), é interessante torna-la pública, para ver quanta é a representatividade, estou a falar de sócios formais, e neta lógica vocês têm uma decisão e querem impô-la aos outros. E nós que fomos eleitos, que estudamos, que temos os projectos, que temos a condição financeira da sustentabilidade da operação não temos! Mas que democracia é esta? E além de nos quererem impor a vossa ideia de uma micro minoria, vão para Tribunal, fazem queixas ao ministério público, à Polícia, infernizam-nos a vida, embora nós aguentamos isso tranquilos da vida.

Portanto dizer que estamos nesta operação com determinação, de forma tranquila, porque essa ameaça David de "opção política que um dia será desvendada" tenha nota de que não há nada para desvendar. Não temos nenhum negócio escondido. Não vale a pena esses insultos absurdos. Vocês não precisam para a baixaria, para desvirtuar as minhas palavras, para serem contra, não é preciso tudo isso. Ser contra é uma coisa legítima. Eu também sou contra que o Governo vá fazer o aeroporto no Montijo. Eu defendia a OTA. E até contra o meu Partido como dizia o Filipe à bocado. O Partido tem o direito de ter a sua opinião e eu a minha. Agora é preciso manter algum equilíbrio.

Dar-lhe conta que quem representa, concorda. Eu reuni recentemente com a delegação de Aveiro da AHRESP, com o maior operador hoteleiro do Rossio, sou clientes de tantos restaurantes e tantos bares, conheço a opinião de um a um — os que são a favor e contra.

A AHRESP e a Associação Comercial são a favor. Portanto estamos aqui com uma coisa que parece que é anti-tudo. Os senhores são anti. Mas o facto de vocês os dois e mais alguns serem contra não tira legitimidade nenhuma. Podem ser contra o que quiserem. A democracia e a vida faz-se assim.

Agora temos que manter a elegância, temos de manter a urbanidade. E as árvores eu já disse ao David (o David falou a mesma coisa na Câmara na segunda-feira), se houver um reconhecimento de interesse público das árvores, isso é acolhível no projecto. Bem você acha que não e tem todo o direito de achar. Mas eu tenho o direito de dizer o que acabei de dizer. Embora já todos saibam que o ICNF disse que não havia interesse público. Agora inventaram um estudo que diz que há árvores com 109 anos o que é uma coisa notável, quando nós temos a reportagem fotográfica das várias décadas. Compreendo, arranjaram logo um parecer a dizer que alguém fez foto montagem.

Não há nenhuma obsessão. O projecto da marina da barra era um projecto excelente da administração do Porto de Aveiro, ignorância formal vossa porque não era da Câmara Municipal de Ilhavo.

Olhem, e que falta faz à nossa Região, que falta faz, porque era uma boa aposta, uma boa operação, que não se conseguiu pelos ciúmes de algumas almas menores que queria encher (então é que era bonito) queria-vos ouvir a opinião sobre o Plano de Urbanização do Polis, da mega-construção nos terrenos da antiga lota, e isso sim é que era um atentado de uma gravidade profunda que nós acabamos com ela na revisão do PDM só agora.

Pronto, se não fossem essas loucuras de quem hoje não nos dá o direito de aceder ao terreno e acabarmos com aquela lixeira urbana que temos ali, as coisas teriam sido melhor. É uma aposta, é uma convicção, tão séria e tão profunda como a vossa é. Apenas diferente. E portanto eu faço exercícios dessa natureza. Isto é uma aposta séria e determinada de quem quer fazer bem. Nós só estamos aqui para fazer bem ao nosso município e aos nossos cidadãos. Muito obrigado."

Não se verificando mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à Sessão Extraordinária, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade⁰⁵⁶, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Extraordinária em Julho. Eram 00:30 horas do dia 31 de Julho de 2020.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável pela subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)